

1



1

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

2

3

4

5

6

7

CONSELHO DE

8

RELAÇÕES DO TRABALHO

9

10

4ª REUNIÃO

11

12

13

14

Brasília, 20 de setembro de 2011

15

2



16

17

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

18

19

CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

20

21

4ª REUNIÃO – 20/09/2011

22 **Data:** 20 de setembro de 2011

23 **Horário:** 14h30

24 **Local:** Ministério do Trabalho e Emprego, Edifício Sede, Sala nº 433

25

26 **Participantes:** Fábio Borges de Abreu (GM), Paulo Eduardo Cabral Furtado (GM), Paulo Roberto dos
27 Santos Pinto (SE), Luiz Eduardo Lemos da Conceição (SE), Rodolfo Peres Torelly (SPPE), Roberto
28 Marinho Alves da Silva (SENAES), Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque (SIT), Zilmara David de
29 Alencar (SRT), Eudes da Silva Carneiro (SRT), André Luis Grandizoli (SRT), Antônio Fernandes dos
30 Santos Neto (CGTB), Pascoal Carneiro (CTB), Joilson Antônio Cardoso do Nascimento (CTB),
31 Manoel Messias Nascimento Melo (CUT), Clemente Ganz Lucio (CUT), Pedro Armengol de Souza
32 (CUT), Danilo Pereira da Silva (FS), Hamilton Dias de Moura (NCST), Wilson Pereira (NCTS),
33 Francisco Canindé Pegado do Nascimento (UGT), Cristiano Barreto Zaranza (CNA), Renato de
34 Oliveira Rodrigues (CNC), Reinaldo Felisberto Damacena (CNOOP), Adauto de Oliveira Duarte
35 (CNI), Alexandre Venzon Zanetti (CNS), Lucimar Coutinho (CNT), Adriana Giuntini (CNT), Plínio
36 Gustavo Sarti (CNTUR), Sylvia Lorena Teixeira de Sousa e Pablo Rolim Carneiro.

37

38

39 Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e onze teve início a 4ª Reunião do Conselho de Relações
40 do Trabalho. **01. ABERTURA:** O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto declarou aberta a reunião,
41 cumprimentando a todos. **ITEM 02 – LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO**
42 **OCCORRIDA EM 19/07/2011:** O senhor Paulo Roberto dos Santos Pintos indagou se havia alguma
43 observação com relação à ata da reunião anterior. Em não havendo, a referida ata foi considerada
44 aprovada. **ITEM 03 – INSTALAÇÃO DAS CÂMARAS BIPARTITES E ELEIÇÃO DOS**

3

2

45**PRESIDENTES E COORDENADORES:** A senhora Zilmara David de Alencar informou que a
46Câmara Bipartite Trabalhadores/Governo fora instalada no dia anterior, a saber, dezoito de setembro
47de dois mil e onze. Acrescentou que a Câmara Bipartite Empregadores/Governo ainda não fora
48devidamente instalada, pois aguardava a manifestação da bancada patronal. O senhor Eudes da Silva
49Carneiro informou que as indicações para essa câmara haviam sido feitas, contudo, estavam
50aguardando contato da bancada patronal para definição da data de instalação. O senhor Renato
51Rodrigues comprometeu-se comunicar a data ao Ministério do Trabalho e Emprego. O senhor Manoel
52Messias Nascimento Melo lembrou que na reunião de instalação da Câmara Bipartite
53Trabalhadores/Governo ficara pendente o estabelecimento da data da próxima reunião e, portanto,
54apresentou proposta de que a mesma se realizasse no dia trinta e um de outubro do corrente ano. No
55que se refere à Câmara dos Servidores, disse que ainda não houvera definição da presidência, mas,
56propunha que a mesma fosse instalada nesse mesmo período, visando facilitar o deslocamento das
57centrais. **ITEM 04 – COTAS PARA APRENDIZES – Indicação dos membros, instalação do GT e**
58**definição de calendário:** O senhor Eudes da Silva Carneiro informou que a Secretaria já havia
59recebido as indicações e, portanto, definiria a data de instalação e o início dos trabalhos. Contudo,
60lembrou a existência de um Grupo de Trabalho Interministerial, composto pelos Ministérios do
61Trabalho e Emprego e da Educação, cujos trabalhos tiveram início na semana anterior. Diante disso,
62informou sobre duas possibilidades, aguardar os resultados dos trabalhos do grupo interministerial já
63instalado, ou dar sequência aos trabalhos do GT, em paralelo. A senhora Paula informou que, em
64relação às cotas para aprendizes, fora publicada em onze de agosto de dois mil e onze a Portaria
65número um mil, seiscentos e quarenta e dois, que criava grupo de trabalho temático para elaborar
66diretrizes dos programas de aprendizagem nos setores de conservação e limpeza, transporte e
67vigilância. Disse que o referido grupo de trabalho era composto pelo Ministério do Trabalho e
68Emprego, Ministério da Educação e representantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Que o
69grupo tivera uma primeira reunião no dia doze de outubro do corrente ano, onde se definira a criação de
70subgrupos, de acordo com as atividades econômicas específicas, ou seja, o subgrupo do setor de
71vigilância, o subgrupo do setor de conservação e limpeza e o subgrupo do setor de transporte. No
72sentido de evitar a existência de vários espaços de discussão sobre o mesmo assunto dentro do
73Ministério do Trabalho e Emprego, embora o grupo não tivesse em sua composição entidades patronais
74e laborais, fora solicitado ao Ministério do Trabalho e Emprego que entrasse em contato com as
75entidades e solicitasse indicação de representantes nos subgrupos. O senhor Manoel Messias
76Nascimento Melo solicitou prazo para que fossem feitas as indicações, mas, adiantou que para o
77subgrupo de vigilância a representação seria da CUT como titular e a CTB como suplente, para o

78subgrupo do transporte, seria a Nova Central Sindical como titular e a CGTB como suplente. E para o
79subgrupo de conservação e limpeza, seria a UGT como titular e a Força Sindical como suplente. E
80manifestou-se pela continuidade do GT, no âmbito do Conselho de Relações do Trabalho, em paralelo
81ao Grupo Interministerial já constituído. O senhor Renato Rodrigues manifestou-se no mesmo sentido e
82solicitou um prazo de vinte dias para indicação de seus representantes. Foi, então, decidido que a
83instalação do Grupo de Trabalho sobre Cotas para Aprendizizes teria sua reunião de instalação no dia
84dezoito de outubro de dois mil e onze, às quatorze horas. **ITEM 05 – COTAS PARA DEFICIENTES**
85- – **Indicação dos membros, instalação do GT e definição de calendário:** O senhor Paulo Roberto
86dos Santos Pinto explicou que este assunto era semelhante ao anterior e que estavam aguardando a
87indicação dos representantes e a definição da data de instalação. Foi definido o dia vinte e cinco de
88outubro, às quatorze horas, para instalação do Grupo de Trabalho sobre Cotas para Deficientes. **ITEM**
89**06 – AFERIÇÃO DAS CENTRAIS** – O senhor Renato Rodrigues sugeriu que o referido item fosse
90tratado no âmbito da Câmara Bipartite Trabalhadores/Governo. A sugestão foi acolhida e o item
91incluído na pauta da próxima reunião da Câmara Bipartite, a saber, dia trinta e um de outubro de dois
92mil e onze. **ITEM 07 – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO NA**
93**SOLUÇÃO DE CONFLITOS:** A senhora Zilmara David de Alencar informou que o objetivo do
94ponto de pauta era o estabelecimento, pelo Conselho de Relações do Trabalho, de procedimentos
95visando a solução de conflitos em mesas de negociação. O senhor Pedro Armengol de Souza observou
96que a bancada dos trabalhadores fizera algumas discussões referentes à precarização do Ministério do
97Trabalho e Emprego no cumprimento do seu papel institucional. Sugeriu que o tema fosse debatido, no
98âmbito do Conselho de Relações de Trabalho, na forma de uma oficina ou de um seminário. O senhor
99Paulo Roberto dos Santos Pinto explicou que o Ministério do Trabalho vivia um momento de falta de
100pessoal, uma vez que o último concurso realizado visava especificamente à substituição dos
101funcionários terceirizados. Relatou, também, questões salariais, que acabaram culminando em uma
102greve, como também uma Portaria do Ministério do Planejamento, que impedia o Ministério do
103Trabalho e Emprego em preencher as vacâncias. Com relação aos Auditores Fiscais do Trabalho,
104informou fora feito um pedido de realização de concurso com seiscentas vagas para auditores, contudo,
105apenas foram autorizadas duzentas e trinta e quatro. O senhor Manoel Messias Nascimento Melo
106comentou que as centrais sindicais vinham se pronunciando em diversos fóruns e espaços de discussão,
107inclusive, junto à Presidência da República, quanto à necessidade de contratação de auditores fiscais. O
108senhor Antônio Fernandes dos Santos Neto sugeriu que o Conselho de Relações do Trabalho remetesse
109posicionamento à Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, solicitando que fosse
110solucionada principalmente a questão de recursos humanos, no que se refere ao Ministério do Trabalho

111e Emprego. O senhor Renato Rodrigues disse que a bancada dos empregadores estava de acordo com a
112proposta de ampliar a discussão sobre a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego e acrescentou
113que os empregadores, por vezes, ressentiam da ausência de discussões tripartites e que alguns assuntos
114chegavam posteriormente já como “fato consumado”. O senhor Pedro Armengol de Souza disse que
115era importante que fosse apresentada ao Conselho de Relações do Trabalho a estrutura do Ministério do
116Trabalho e Emprego, bem como que fosse marcada uma pauta específica para fazer um debate sobre o
117papel institucional do mesmo. O senhor Renato Rodrigues observou que o assunto não estava no
118âmbito do Conselho, devido a sua complexidade, sugerindo que fossem criados Grupos de Trabalho
119específicos para discutir e apontar a solução dos problemas. O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto
120sugeriu uma oficina para discutir o assunto, onde se levantariam os temas objeto dos grupos de
121trabalho. A proposta foi aceita e a senhora Zilmara David de Alencar informou que a bancada do
122governo iria fazer uma proposta de data e encaminhar para todos os membros do Conselho de Relações
123do Trabalho. **ITEM 07 – DISCUSSÃO DE ANTEPROJETO SOBRE ATOS ANTISSINDICAIS –**
124O senhor Manoel Messias Nascimento Melo sugeriu que o referido item fosse apreciado na reunião da
125Câmara Bipartite, a ser realizada no próximo dia trinta e um de outubro. E, posteriormente, após os
126debates na Bipartite, seria encaminhado por e-mail a Câmara Bipartite Empregadores para
127posteriormente ser apreciado pelo Conselho de Relações do Trabalho. A proposta foi aceita pela
128bancada dos empregadores. **ITEM 09 – FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO –** O senhor Paulo
129Roberto dos Santos Pinto informou que se tratava de um pedido feito pela bancada dos empregadores
130de apresentação de um panorama geral da atuação da fiscalização e diálogo sobre a Portaria MTE
13140/2011 e Instrução Normativa 89. O senhor Adauto de Oliveira Duarte disse que uma Lei, de mil
132novecentos e setenta e sete, alterara a CLT no sentido de permitir que o auditor fiscal fizesse relatório
133de embargo ou interdição, o qual seria homologado pelo Superintendente. E que, por meio de uma
134norma administrativa, o auditor fiscal passara ele mesmo a proceder ao embargo e interdição. Contudo,
135o Tribunal Superior do Trabalho manifestara-se contrariamente a esse ato, uma vez que a lei não fora
136alterada. Por esse motivo, a solicitação da bancada dos empregadores era de que os autos de embargo
137ou interdição continuassem sendo homologados apenas pelos Superintendentes. A senhora Vera Lúcia
138Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, declarou que as informações estavam
139equivocadas, pois a Portaria de número quarenta, do Ministério do Trabalho e Emprego permitia a
140delegação de competências por parte dos Superintendentes e que vinte e seis dos vinte e sete
141Superintendentes já haviam feito essa delegação de competência aos auditores fiscais. Esclareceu,
142ainda, que o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ao saber da possibilidade de delegação de
143competências, através da já mencionada Portaria, revogara o seu posicionamento, sugerindo, inclusive,

144que fosse alterado o regulamento de inspeção do trabalho, visando orientar a todos os juizes. O senhor
145Adauto de Oliveira Duarte reiterou o seu posicionamento, considerando a importância dos atos de
146embargo e interdição, os quais, a seu ver, afetavam diretamente a atividade econômica. O senhor Paulo
147Roberto dos Santos Pinto sugeriu que fosse feita consulta ao jurídico do Ministério do Trabalho sobre o
148assunto e discutido previamente na Câmara Bipartite Empregadores/Governo. O senhor Adauto de
149Oliveira Duarte solicitou que fossem apresentadas à Câmara Bipartite as estatísticas sobre notificação,
150que não estavam disponíveis no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego. O senhor Cristiano Barreto
151Zaranza solicitou também que o Ministério apresentasse dados sobre a atuação dos auditores no que
152concerne ao recolhimento da Contribuição Sindical. A senhora Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque disse
153que notificação não representava um resultado, mas uma orientação à empresa sobre o que deveria ser
154regularizado. Portanto, não havia estatísticas a esse respeito. O item fiscalização do trabalho será objeto
155de discussão na Câmara Bipartite Empregadores que remeterá a Câmara Bipartite Trabalhadores
156resultado das discussões para posterior tratativa junto ao Conselho de Relações do Trabalho. O senhor
157Adauto de Oliveira Duarte fez a proposta de que a partir de primeiro de janeiro de dois mil e doze os
158dados de notificação passassem a ser contabilizados, visando obter resultado estatístico, o qual seria
159importante para a Bancada dos Empregadores ao longo da história. **ITEM 10 – HOMOLOGNET:** A
160senhora Sylvia Lorena Teixeira de Souza informou que a solicitação era para que o Ministério do
161Trabalho e Emprego apresentasse aos membros do Conselho de Relações do Trabalho o sistema
162HOMOLOGNET, em sua próxima reunião com ênfase na fundamentação dos cálculos. A proposta foi
163acatada pela bancada de governo. **ITEM 11 – PONTO ELETRÔNICO** – O senhor Renato Rodrigues
164solicitou que o assunto fosse retirado de pauta, pois estava sendo tratado no âmbito da Casa Civil. O
165senhor Francisco Canindé Pegado solicitou comunicação oficial do Ministério do Trabalho sobre o fato
166de a questão do ponto eletrônico estar sendo discutida no âmbito da Casa Civil. O senhor Manoel
167Messias Nascimento Melo informou que houvera, na semana anterior, uma reunião na Casa Civil, a
168qual reunira grupo técnico, centrais e confederações, com base em ofício encaminhado pelas
169confederações patronais, contudo, não houvera ainda posicionamento do governo com relação ao pleito
170da bancada patronal. O senhor Antônio Fernandes dos Santos Neto registrou que a CGTB não fora
171convocada para a reunião realizada na Casa Civil. A senhora Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque disse
172que o assunto fora encaminhado à Casa Civil a pedido dos empregadores e que o Ministro do Trabalho
173e Emprego manifestara favorável à Portaria. O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto complementou
174dizendo que até o momento, a expectativa do Ministério do Trabalho e Emprego era de que a Portaria
175entrasse em vigor no dia primeiro de outubro de dois mil e onze. O senhor Pascoal Carneiro observou
176que não havia mais o que se discutir, visto que o assunto estava sendo tratado no âmbito da Casa Civil,

177protestando, por considerar que era um desrespeito ao Conselho de Relações do Trabalho. O senhor
178Renato Rodrigues informou que a solicitação de inclusão desse ponto na pauta da reunião do CRT fora
179efetuada durante a vigência da portaria, não aceitando o protesto por parte da Bancada dos
180Trabalhadores. O senhor Hamilton Dias de Moura registrou o posicionamento da Bancada dos
181Trabalhadores, favorável à entrada em vigor da Portaria em primeiro de outubro do corrente ano. O
182senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto disse que iria dar ciência ao Ministro do Trabalho e Emprego
183sobre o que havia sido discutido durante a reunião. **ITEM 12 – PARTICIPAÇÃO DAS CENTRAIS**
184**SINDICAIS E CONFEDERAÇÕES DOS EMPREGADORES EM CONSELHOS, FÓRUMS E**
185**DEMAIS ÓRGÃOS COLEGIADOS:** A senhora Zilmara David de Alencar informou que, em
186obediência à Lei de número onze mil seiscentos e quarenta e oito, as indicações de trabalhadores
187deveriam ser feitas pelas centrais sindicais. Disse que o assunto já fora tratado em reunião anterior e
188que houvera um posicionamento divergente por parte das próprias centrais sindicais. O senhor Manoel
189Messias Nascimento Melo disse que algumas centrais apresentavam dúvida sobre os critérios de
190indicação, principalmente no que se refere à questão da proporcionalidade, solicitando que fosse
191devidamente esclarecido. A senhora Zilmara David de Alencar sugeriu, então, que o assunto fosse
192tratado no âmbito da Câmara Bipartite, o que foi prontamente aceito pela bancada dos trabalhadores.
193**ITEM 13 – REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO**
194**EXTRAORDINÁRIO:** O senhor Paulo Roberto dos Santos Pinto informou tratar-se de a manifestação
195dos presidentes das Federações das Câmaras de Dirigentes Lojistas contrários à Emenda Constitucional
196nº 231, de 1995, discutida no 7º Encontro realizado em Salvador, sob o argumento de que poderá afetar
197principalmente as micro e pequenas empresas e causar demissões e repasses ao consumidor. O senhor
198Eudes da Silva Carneiro explicou que o documento fora encaminhado inicialmente à Presidência da
199República que, por sua vez, encaminhara ao Ministério do Trabalho e Emprego. Considerando os
200assuntos abordados no processo, que não se referiam tão somente à redução da jornada de trabalho, o
201Ministério encaminhara ao Conselho de Relações do Trabalho, para se posicionar sobre a apreciação ou
202não do processo. O senhor Renato Rodrigues disse que os empregadores não estavam aptos para
203discutir, pois desconheciam a inclusão desse tema na pauta do CRT. O senhor Pascoal Carneiro
204observou que não havia porque discutir o assunto no âmbito do Conselho, uma vez que se tratava de
205uma Proposta de Emenda Constitucional, a qual deveria ser tratada especificamente no Congresso
206Nacional. O senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento observou que o CRT deveria se
207posicionar no sentido de dar resposta ao pleito efetuado pela Casa Civil. O senhor Paulo Roberto dos
208Santos Pinto solicitou que o processo fosse encaminhado aos membros do Conselho, para que todos
209pudessem se posicionar sobre a apreciação, ou não apreciação, do mesmo. **ITEM 14 –**

210**TERCEIRIZAÇÃO:** Retirado de Pauta, considerando a ausência do principal expositor, representante
211da Confederação Nacional de Serviços. **15 – OUTROS ASSUNTOS:** O senhor Manoel Messias do
212Nascimento Melo disse que a Bancada dos Trabalhadores solicitara posicionamento do Conselho de
213Relações de Trabalho sobre o tema trabalho decente no processo de gestão/convênio para as obras da
214Copa do Mundo e Olimpíadas, através de documento encaminhado à Secretaria de Relações do
215Trabalho. O senhor Eudes da Silva Carneiro informou que não recebera essa documentação. O senhor
216Manoel Messias Nascimento Melo comprometeu-se a reencaminhar, solicitando que o assunto fosse
217devidamente pautado na próxima reunião do Conselho. Solicitou, ainda, que o tema regulamentação da
218Convenção 151 fosse pautado para a próxima reunião da Câmara Bipartite de Servidores.
219**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada.

MTE

Fábio Borges de Abreu, GM

—

Paulo Eduardo Cabral Furtado, GM

—

Zilmara David de Alencar, SRT

—

André Luiz Grandizoli, SRT

—

Eudes da Silva Carneiro, SRT

—

Paulo Roberto dos Santos Pinto, SE

—

Luiz Eduardo Lemos da Conceição, SE

—

Roberto Marinho Alves da Silva, SENAES

—

Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, SIT

—

Rodolfo Péres Torelly, SPPE

—

Confederações Patronais

Adriana Giuntini, CNT	_____	-
Lucimar Coutinho, CNT	_____	-
Cristiano Barreto Zaranza, CNA	_____	-
Adauto de Oliveira Duarte, CNI	_____	-
Alexandre Venzon Zanetti, CNS	_____	-
Magnus Ribas Apostólico, CONSIF	_____	-
Plínio Gustavo Sarti, CNTur	_____	-
Renato de Oliveira Rodrigues, CNC	_____	-
Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, CNI	_____	-
Pablo Rolim Carneiro, CNI	_____	-
Reinaldo Felisberto Damacena, CNCOOP	_____	-
<u>Centrais Sindicais</u>		
Antônio Fernandes dos Santos Neto, CGTB	_____	-
Clemente Ganz Lucio, CUT	_____	-
Manoel Messias Nascimento Neto, CUT	_____	-
Pedro Armengol de Souza, CUT	_____	-
Danilo Pereira da Silva, FS	_____	-
Pascoal Carneiro, CTB	_____	-

Joilson Antônio Cardoso do Nascimento, CTB

-

Francisco Canindé Pegado do Nascimento, UGT

-

Wilson Pereira, NCST

-

Hamilton Dias de Moura, NCST

-

220